

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM DUAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE CRATO

Daniela Valdevino Lima

Universidade Regional do Cariri; danibiourca@gmail.com

Luiza Valdevino Lima

Universidade Regional do Cariri; luizaldevino10@gmail.com

Resumo

A educação de Surdos vem ganhando destaque nos últimos anos, e o número de alunos matriculados no ensino regular vem crescendo cada vez mais. Apesar da inclusão dos Surdos estar evoluindo, a comunidade surda acha mais adequado o uso da pedagogia Surda para o seu desenvolvimento ser mais eficaz. Com o presente trabalho objetivou-se pesquisar sobre a inclusão de alunos Surdos em duas escolas do município de Crato no estado do Ceará. Para coleta de dados foram aplicados dois questionários um para as crianças Surdas, e o outro para os professores dos alunos. A partir dos resultados obtidos concluiu-se que é necessário envidar esforços para a educação de Surdos nas escolas estudadas, para que assim as crianças obtenham um aprendizado eficiente acompanhado de um bom desenvolvimento cognitivo.

Palavras-chave: Libras, pedagogia, surdos, lei.

Introdução

A educação para Surdos ao longo do tempo vem ganhando destaque e o número de alunos Surdos matriculados no ensino regular vem aumentando a cada ano, fato que divide a opinião de muitos profissionais da educação sobre a inclusão (REIS, 2015, p. 16).

Em 2011, o site do jornal **Ciência 2Hoje** divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FEMUP), a qual revela que as crianças surdas que frequentam escolas regulares estão em relativa desvantagem com relação àquelas que estudam em escolas bilíngues.

No entanto, infelizmente as escolas bilíngues são poucas, o que faz com que os Surdos tenham que estudar em escolas regulares, como ocorre na região do Cariri, localizada no Sul do estado do Ceará. No referido estado, existe apenas uma escola bilíngue – o Instituto Cearense de Educação de Surdos –ICES, que fica localizado na cidade de Fortaleza. Na carência de escola bilíngue, o Surdo é obrigado a frequentar a escola regular, na qual o aluno é inserido em sala de aula comum juntamente com ouvintes, e terá direito apenas a um Tradutor/Intérprete de

LIBRAS, o qual irá fazer a tradução do português para a Libras e vice e versa.

Segundo Ramos (2011, p. 14), o reconhecimento da LIBRAS como primeira língua no oferecimento do ensino aos Surdos e a inclusão de seus estudos nos currículos dos espaços de formação de professores, trouxe para estes lugares, junto com o atendimento a esta nova exigência, a necessidade de se debruçar sobre diversos estudos voltados para esse tema.

De acordo com dados da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo - FENEIS (2011), no censo escolar de 2003 havia 56.024 Surdos matriculados no ensino básico, 2041 haviam concluído o ensino médio, e 344 estavam no ensino superior. A partir desses dados, percebe-se a importância de não somente garantir o acesso dos Surdos ao ensino básico, mas também promover ações para sua permanência e ascensão no sistema educacional brasileiro.

Segundo os dados do Censo da Educação superior (MEC/INEP), o índice de matrícula de estudantes com deficiência auditiva, passa de 665 em 2003, para 4.660 em 2009, significando um crescimento de 600,7%. A partir de 2007, são coletados dados específicos sobre a matrícula de estudantes com surdez, que registra 444 em 2007 e 1.895, em 2009, representando um crescimento de 326,8%. Assim, o total de estudantes com deficiência auditiva e surdez, corresponde a 6.555, perfazendo um crescimento de 885,7%.

Em termos gerais da educação especial, dados do Censo Escolar indicam um crescimento expressivo em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular. Estatísticas indicam que no ano de 2014, 698.768 estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns (PORTAL BRASIL, 2015).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo fazer um levantamento a respeito da inclusão de Surdos, em duas escolas da zona rural do município de Crato, objetivando analisar o método de ensino utilizado nessas escolas para com os alunos, a fim de identificar as dificuldades e propor soluções para os desafios encontrados.

Metodologia

A área de estudo escolhida foi uma das zonas rurais do município da cidade de Crato, onde estão inseridas duas escolas, Aderson da Franca Alencar (I) e José Pinheiro Gonçalves (II), localizadas nos bairros Lameiro e Belmonte, respectivamente. As escolas em estudo apresentam 1 e 2 alunos Surdos matriculados, nessa mesma ordem.

Na escola I, o aluno Surdo matriculado está cursando o 3º ano do ensino fundamental e na escola II os alunos cursam o infantil V e 3º ano do ensino fundamental.

Optou-se trabalhar com estas escolas pelo simples motivo de estarem inseridas em bairros próximos, localizados na zona rural e obviamente por apresentarem alunos Surdos matriculados.

A pesquisa foi desenvolvida no período de março de 2016 a setembro desse mesmo ano. Inicialmente foi aplicado um termo de consentimento livre para os sujeitos da pesquisa, tanto para os alunos Surdos, como para os professores.

Para a sua realização, foram aplicados dois questionários um para as crianças Surdas, e o outro para seus professores. Cada questionário, apresentou 6 e 7 perguntas respectivamente, relacionadas ao ambiente de estudo das crianças.

Além das entrevistas realizadas, a metodologia aplicada constou de observações das práticas pedagógicas do professor e condições de trabalho.

Resultados e discussão

Breve histórico da educação especial na rede municipal de ensino de Crato

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (MEC/SEESP, 2007).

O marco histórico da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a direção do mestre francês Eduard Huet (JANNUZZI, 1985, 2004; MAZZOTTA, 2005 Apud. MENDES, 2010, p. 28).

A criação do CENESP disparou ações na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE). Assim, em 1972, foi constituído um Grupo-Tarefa com o objetivo de prestar assistência técnica e pedagógica às instituições que se ocupavam com a Educação Especial no Estado. “Este foi o passo inicial para a oficialização da Educação Especial no Ceará dentro do sistema Estadual

de Educação, embora apenas em 1976 tenha sido oficializada a Coordenação de Educação Especial na SEDUC”. (MAGALHÃES, 2002, p. 19).

Segundo Garcia (2009, p. 29), a história da educação especial no Crato teve início com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Crato), em 06 de março de 1960 incorporando o Instituto de Reeducação Eveline Rolin Lucetti e teve como primeira presidente a Sr.^a Francisca Luna Cruz, que administrou a APAE no período de 1969 a 1983. O autor citado explica que o atendimento a pessoas com necessidades especiais ocorre de duas formas: classes especiais e presença nas salas de ensino regular. As Classes especiais surgiram a partir de 1981 na Cidade do Crato.

Atualmente, na secretaria de educação do município de Crato existe uma equipe responsável pela inclusão, que constitui o setor de inclusão, composto por cinco profissionais: Coordenadora de inclusão, Psicóloga, brailista, Instrutora de libras Surda e uma Intérprete de Libras. Estes vêm atuando no desenvolvimento de atividades voltadas a alunos com necessidades especiais, promovendo a inclusão dos mesmos nas escolas regulares do referido município.

Escolas bilíngues do Brasil

A escola bilíngue é pensada a partir dos Surdos e para os Surdos. Entende-se que os alunos aprendem com maior facilidade quando os conhecimentos são passados na sua língua natural e por pessoas que saibam, dominam e vivenciam essa língua. Não basta somente ser fluente em língua de sinais, é preciso viver, pensar e sonhar nessa língua para poder construir pedagogias facilitadoras da aprendizagem. A escola bilíngue não se dedica só aos conhecimentos formais exigidos pela Lei de Diretrizes e Base. É uma escola em que a identidade histórica dos Surdos se torna presente e estruturadora (LIRA, 2009, p, 20).

A proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda, reconhecendo a língua de sinais como primeira língua e mediadora da segunda: a língua portuguesa. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário da criança surda. A aquisição da língua de sinais vai permitir à criança, acessar os conceitos da sua comunidade, e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a língua portuguesa, possibilitará o fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo acesso maior à comunicação (KUBASKI & MORAES, 2009, p. 3414).

Porém, apesar da importância de existir escola bilíngue, esta ainda é algo que vem sendo conquistado pela comunidade surda. Pesquisas mostram que a comunidade surda vem lutando por essa

causa já faz algum tempo. A carência de escolas bilíngues é evidenciada pela pouquíssima quantidade existente nas cidades brasileiras.

A primeira escola bilíngue para Surdos foi fundada em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. (GOLDFELD, 2002, p. 52). Durante anos, o INES foi a única escola para Surdos, e até hoje é considerada importante referência educacional do Brasil (KALATAI & STREIECHEN, 2012, p. 3). Após a criação do INES, com o passar do tempo foram sendo criadas novas escolas bilíngues pelo Brasil.

As cidades que apresentam escolas bilíngues são: **São Paulo** – Escolas Municipais de Educação Especial (EMEE) e Instituto Seli de educação para Surdos; **Rio de Janeiro** – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); **Porto Alegre** – Escola de Surdos Bilíngue Salomão Watnick; **Canoas** – Escola de Ensino Municipal e de Ensino Fundamental Vitória; **Fortaleza** – Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES.

Escola bilíngue do Ceará: o instituto cearense de educação de surdos – ICES

No Estado do Ceará, O ICES “É a única Instituição Pública Estadual destinada exclusivamente para a Educação de Surdos, além de receber alunos com outros comprometimentos.” (ICES, 2010 - 2012, p. 9). Ainda tem turmas de educação infantil cujas aulas são ministradas por um professor Surdo.

¹O ICES foi fundado no dia 25 de Março de 1961, e conforme o contexto histórico daquele momento, adotou uma abordagem de ensino oralista, o qual propõe o ensino da língua oral para que o sujeito Surdo se integre ao mundo ouvinte, pressionando o ensino da fala como essencial, algo que lhe desse status, o que não corresponde às condições ideais para que o sujeito Surdo adquira linguagem e forme o pensamento.

Vale salientar que a comunidade surda presente na Instituição utilizava a (Língua de Sinais) LS informalmente. A LS desenvolvida nos pátios e nos corredores da escola tinha influência da LS utilizada no Rio de Janeiro, pois os Surdos adultos frequentemente tinham contato com os Surdos do INES e através das Associações.

Na década de 90, motivado pelas associações, pastorais, Feneis, comunidade surda e pelos professores que naquela época começaram a entrar em contato com as pesquisas sobre a

¹Texto extraído do site <http://www.ices.seduc.ce.gov.br/index.php/escola/historia>

importância da língua de sinais para o ensino dos Surdos, o ICES iniciou seu processo de mudança de uma abordagem oralista até chegar à abordagem bilíngue.

A escola se manteve dentro do modelo oralista até o ano de 2001 e aos poucos, os alunos foram conquistando liberdade de se comunicar em sinais, instrutores Surdos foram contratados para o ensino de LIBRAS e intérpretes também passaram a fazer parte do quadro funcional da escola.

Em 2010, a escola tem em seu registro de matrícula ao todo 500 alunos: 12 na Educação Infantil, 126 no Ensino Fundamental I, 266 no Ensino Fundamental II, 64 no Ensino Médio e 32 na Educação de Jovens e Adultos. A grade curricular e a carga horária são as mesmas do Ensino da Rede Escolar Estadual, tendo como diferencial a disciplina LIBRAS, que está presente em todas as turmas da escola com carga horária semanal de 4h/a e é ministrada por professores Surdos.

Em 2011 em seu PPP, o ICES (2010-2012, p. 9) se auto define como “uma escola bilíngue para Surdos, com turmas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.”

Métodos de ensino para alunos com surdez

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, é a forma de comunicação e expressão espaço-visual na qual utiliza-se de gestos manuais, é a língua natural das pessoas que apresentam deficiência auditiva. De acordo com a lei 10.436 de 24 de abril de 2002 “Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

Partindo do pressuposto da inclusão de alunos com deficiência auditiva na escola regular, Frias (2010, p. 13) afirma que a inclusão destes, deve contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo.

A escola deverá adotar modelos pedagógicos visando o encontro da realidade dos Surdos, segundo Skiliar (1998, p. 21), condições de acesso à língua de sinais e a segunda língua, à identidade pessoal e social, à informação significativa, ao mundo do trabalho e à cultura surda.

Sabemos que a segunda língua para os Surdos é a língua portuguesa, a qual exige para seu aprendizado, condições de ensino de língua estrangeira (CASARIN,2011). Portanto o método mais indicado para o ensino de crianças Surdas é através do ensino da língua de sinais como primeira língua e o português como segunda língua.

Kalatai & Streiechen (2012, p. 11) ressaltam que a metodologia realmente desejada pelo povo Surdo é a Pedagogia Surda, visto que as lutas destas pessoas giram em torno da constituição da subjetividade do jeito Surdo de ser, ou seja, da construção de sua verdadeira identidade e consagração de sua cultura, e que só poderá ocorrer no encontro com seus pares.

Segundo Perlin e Strobel (2006, p. 9), a pedagogia Surda requer, portanto, a presença do professor Surdo em salas regulares de ensino assim como nas escolas especiais e Centros de Atendimento Especializado para Surdos – CAES, em tempo integral. São os professores Surdos que ensinam aos Surdos. Este método dá ênfase à educação na diferença por meio da mediação intercultural e respeita a identidade do Surdo.

O Decreto 5.626/05 que regulamenta a lei da Libras, dispõe que, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a educação bilíngue deva ser desenvolvida por intermédio de professores bilíngues.

Dessa forma, o desenvolvimento de linguagem/apropriação da Libras pelos alunos Surdos nos primeiros anos escolares é assegurado e, por conseguinte, garante-se uma sólida base educacional, uma vez que esta é desenvolvida em uma língua acessível aos alunos (LODI, 2013, p. 54).

Atualmente o método de ensino mais utilizado, na inclusão de alunos com deficiência auditiva/Surdos em sala de aula regular, ocorre da seguinte maneira – A criança Surda é inserida em sala de aula comum com as demais crianças (ouvintes). Para que ocorra o aprendizado do aluno, o mesmo tem direito à presença de um Tradutor/Intérprete de LIBRAS em sala, o qual irá fazer a tradução do português para a LIBRAS.

Desde 2008, com a publicação da nova Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pela Secretaria de Educação Especial – Ministério da Educação (SEESP/MEC) – (BRASIL, 2008), é notória a mudança que as escolas vêm empreendendo para adequação de seus espaços físicos, mobiliários, materiais, recursos, currículos e, principalmente, formação de sua equipe escolar.

Em muitas escolas da rede municipal pública, já existem salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinadas a alunos com necessidades especiais. Estes devem frequentar as salas comuns de ensino com os demais alunos e receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no turno oposto ao seu horário escolar.

No caso dos alunos Surdos, devem frequentar a sala de AEE no turno oposto, sendo que ao frequentar tal sala, teriam que aprender o português isto é, sua segunda língua, e durante o turno normal em sala de aula comum, deveriam aprender sua primeira língua, a LIBRAS, porém o que

acontece na prática, é justamente o oposto. No município de Crato/Ce, são poucas as escolas que disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado.

Resultados da Pesquisa

De acordo com a opinião dos professores entrevistados, apesar de estar acontecendo a inclusão nas duas escolas estudadas, faltam ainda recursos apropriados para que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos realmente aconteça de forma efetiva.

Ressaltam ainda que deveria haver uma formação de professores que levasse em consideração o ensino de alunos com surdez, bem como um curso básico de Libras. Assim, a interação professor/aluno se daria de forma mais natural, sem que houvesse a necessidade de mediação do(a) intérprete para que a comunicação acontecesse, essa prática inclusive, deixaria o aluno mais à vontade.

Com relação à forma de ensino, ambos os docentes declararam não haver distinção em sua metodologia de ensino, devido à presença de um aluno Surdo em sala. Entretanto, foi observado que alguns se preocupam em trazer imagens, para contemplar o aprendizado do discente.

A partir das práticas observadas em sala de aula, verificou-se que alguns professores deixam o aprendizado do aluno sob a responsabilidade do intérprete, como se este fosse o seu “professor particular”, o que é visto de forma errônea, pois o papel do intérprete já está explícito: interpretar, repassar para o Surdo o conteúdo, do português para a língua de sinais e vice e versa.

Por outro lado, é compreensível que alguns professores se portem desta maneira, uma vez que eles não têm formação específica na área da surdez, como foi relatado por alguns entrevistados, por essa razão se sentem muito angustiados e acabam por deixar a responsabilidade de ensinar para o intérprete de Libras.

Considerações Finais

Frente ao exposto, conclui-se que a inclusão de Surdos nas duas escolas ainda não acontece de forma efetiva, pois, apesar de haver a presença do intérprete de Libras, ainda é

necessário que haja mudança e adaptação de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional destes alunos.

Inserir um aluno surdo em sala de aula e contratar um intérprete de Libras para ele, não é suficiente. Para a inclusão deles ser eficaz é preciso ainda a oferta de materiais didáticos que sejam acessíveis aos alunos além da promoção de cursos de Libras para os professores de alunos surdos. O poder público poderia investir nessas mudanças o quanto antes, para que assim as crianças surdas tenham um aprendizado semelhante ao das crianças ouvintes.

Referências

Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento. (org): **Simone Ghedini Costa Milanez, Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Andréa Regina Nunes Misquiatti**. – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.

CARDOSO, A. P. L. B. **Políticas de educação inclusiva em tempos de IDEB: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino de Sobral-ce**. 239 p. Mestrado. Acadêmico em Educação, do Centro de Educação/UECE. Fortaleza. 2011. Disponível em: www.jornalciencia.com. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

CASARIN, M.M., **Atendimento educacional especializado para alunos Surdos**. 2011. Disponível em: <http://elaineaee.blogspot.com.br/2011/11/atendimento-educacional-especializado-8724.html?m=1>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. 2010. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> acesso em: 10 de janeiro de 2016.

Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS. **Quantitativo de Surdos no Brasil**. [online]. [visitado em 02 de abril de 2016]. Disponível em <http://www.feneis.com.br/page/quantitativo.asp>

GARCIA, V. C. B. **Reflexões sobre a educação especial no município do Crato**. Rev. de Psicologia. Ano 3, No. 10. Crato, 2009

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DO CEARÁ (ICES). **Projeto político pedagógico – PPP: 2010-2012**. Fortaleza, 2010-2012. Mimeo

INSTITUTO CEARENSE DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Acesso em 25 de novembro de 2016. Disponível em: [//www.ices.seduc.ce.gov.br/index.php/escola/historia](http://www.ices.seduc.ce.gov.br/index.php/escola/historia)

Kalatai, P., Streiechen, E.M., **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil.** 2012

JANNUZZI, G. M. A, 1992, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados. _, 2004, **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**, Campinas, Autores Associados.

KUBASKI, C., MORAES, V. P., **O bilingüismo como proposta educacional para Crianças surdas.** IX Congresso nacional de educação. III Encontro Sul-brasileiro de psicopedagogia, 2009.

LIRA, D. S. **A experiência e opinião dos estudantes surdos nas escolas bilíngues e de inclusão.** (Monografia) Recife, 2009.

LODI, A. C. B., **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto n^o 5.626/05**, v. 39, n. 1, p. 49-63, São Paulo, 2013.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Mazzotta 2005, **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, Rev. Educação e pedagogia 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora (Histórico da ed. Especial no Brasil)

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2007.

Ministério da Educação – MEC. **Números revelam avanço da política de educação inclusiva no Brasil.** [online]. [visitado em 02 de março de 2016]. Disponível em <http://www.inclusive.org.br/arquivos/19591>

PERLIN, Gladis TeresinhaTaschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

PORTAL BRASIL. **Dados do censo escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** 2015. [online]. [visitado em 02 de março de 2016]. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>

RAMOS, A. C. C. **Ensino de Ciências & Educação de Surdos: Um Estudo em Escolas Públicas.** 119 p. 29,7 cm (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências/IFRJ) Rio de Janeiro. 2011.

SKILIAR, C. **A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças: O caso dos Surdos.** In: SILVA, L. H., AZEVEDO, J. C., SANTOS. E. C. **A surdez: um olhar sensível sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.